

# STF reconhece assédio judicial contra jornalistas

Prática que visa ao constrangimento de profissionais foi analisada a partir de ações apresentadas pela ABI e Abraji; em sua tese, Corte conclui que esse tipo de processo contra a classe fere a liberdade de expressão

DANIEL GULLINO  
com reportagem especial

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em julgamento encerrado ontem a existência do chamado assédio judicial contra jornalistas e órgãos de imprensa. Na avaliação dos ministros, a prática consiste na apresentação de diversas

ações na Justiça, em locais diferentes, com o intuito de dificultar a atuação dos profissionais e dos veículos de comunicação. Também ficou definido na sessão que quando ficar caracterizado o assédio judicial, o alvo das ações poderá solicitar a reunião de todos os processos na cidade onde mora. Esta tese se-

rá uma orientação a ser aplicada em processos que tratam do tema em instâncias inferiores. A tese definida no julgamento considera o "assédio judicial comprometedor da liberdade de expressão" como "aquiescimento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos em comarcas diversas com o intuito ou efei-



**Supremo.** Quando ficar caracterizado assédio judicial, o alvo das ações poderá pedir que todos os processos tramitem na cidade onde mora.

to de constranger jornalista, ou órgão de imprensa, dificultar sua defesa ou torná-la excessivamente onerosa". Os ministros estabeleceram ainda que jornalistas e órgãos de imprensa só têm responsabilidade civil quando houver "caso inequívoco de dolo ou de culpa grave", que ficarão caracterizados quando ocorrer "evidente negligência profissional na apuração dos fatos".

## DEMOCRACIA

Os ministros analisam de forma conjunta duas ações, uma delas apresentada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outra pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Segundo as associações, inicialmente a medida tinha como objetivo facilitar o acesso à Justiça, mas vem sendo empregada de forma abusiva quando se trata de questionar informações publicadas na imprensa e pedir indenização por danos morais.

A ministra Cármen Lúcia ressaltou a importância da imprensa livre para a democracia:

— Assédio judicial contra jornalista tem, sim, um diferencial porque a imprensa tem um diferencial no seu desempenho. A democracia é caudatária de uma imprensa livre e independente.

Para o ministro Edson Fachin, o julgamento evita práticas de censura e até mesmo de autocensura.

O julgamento já havia sido iniciado em 2023 no plenário virtual, quando a relatora dos processos, ministra Rosa Weber, hoje aposentada, votou. A análise foi retomada na semana passada com o voto do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que tinha pedido vista.

Barroso concordou com a maior parte do que foi proposto por Rosa, mas optou por uma tese mais genérica quanto à possibilidade de danos morais decorrentes de publicação jornalística.

## DIVERGÊNCIAS

Os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Nunes Marques discordaram da inclusão do termo "grave" ao tratar da culpa de jornalistas que justifique responsabilização, mas foram derrotados nesse ponto.

Autor da ação apresentada pela ABI, o advogado Cláudio Pereira de Souza Neto elogiou a definição:

— A Corte decidiu que, para que jornalista seja responsabilizado civilmente, não basta que a informação divulgada seja falsa. É necessário se comprovar que o jornalista agiu, de modo inequívoco, com dolo ou culpa grave. A decisão se inspira na jurisprudência da Suprema Corte norte-americana, estabelecida para evitar que a responsabilização civil de jornalistas produza um efeito resfriador do debate público.



## DIÁLOGOS RJ PREVENÇÃO ÀS TRAGÉDIAS

27/05  
ÀS 9H30

Auditório da  
Editora Globo  
Rua Marquês de  
Pombal, 25 | Centro

Os eventos climáticos extremos, como chuvas em volumes sem precedentes e ondas de calor, estão cada vez mais frequentes, exigindo de governantes e sociedade civil estratégias para a prevenção de tragédias e gerenciamento de crises. Cada vez mais, é preciso investir em infraestrutura, buscar soluções inovadoras e promover a sinergia entre os diferentes atores envolvidos. Nesta edição do **Diálogos RJ**, autoridades e especialistas vão debater os desafios e as respostas para mitigar os impactos na população, na economia e no meio ambiente.

### MESA 1 – É POSSÍVEL SE PREPARAR PARA EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS?



**Carlos Machado**  
Coordenador do centro  
de estudos e pesquisas  
em emergência e  
desastres em saúde  
pública da Fiocruz



**Gustavo Mello**  
Economista com MBA  
em gerenciamento  
de riscos pela  
Coppe-UFRJ



**José Antônio  
Marengo Orsini**  
Climatologista e  
coordenador geral  
de pesquisa e  
desenvolvimento do  
Cemaden



**Kellen Salles**  
Diretora da Escola  
de Defesa Civil



**Marcio Romano**  
Coronel Bombeiro  
Militar e subsecretário  
de Defesa Civil  
do Rio

### MESA 2 – CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



**Douglas Ruas**  
Secretário de estado  
das cidades



**Larissa Ferreira  
da Costa**  
Assessora especial de  
cidades resilientes  
na secretaria estadual  
do ambiente e  
sustentabilidade



**Matheus Martins**  
Professor e especialista  
de recursos hídricos e  
meio ambiente da  
escola politécnica  
UFRJ



**Marcelo Motta**  
Geógrafo do  
Departamento de  
Arquitetura e Urbanismo  
e Diretor de Meio  
Ambiente da Puc Rio



**Mediação:**  
**Ana Lucia Azevedo**  
Repórter Especial do  
jornal O Globo



Acesse e  
inscreva-se!

Realização

**O GLOBO**